MINUTA DE CONTRATO Nº 002/2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTÁBEIS NA ATIVIDADE PRIVATIVA DE CONTABILIDADE PÚBLICA, NA CONFECÇÃO DE BALANCETES MENSAIS, SAGRES CONTÁBIL, RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL E ENVIO VIA DOCUMENTAÇÃO WEB JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS PI, BEM COMO ELABORAÇÃO DO SICONFI JUNTO A SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN NA FORMA ABAIXO.

CONTRATANTE: A CAMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO PIAUI-PI, por intermédio do seu representante legal.

CONTRATADA: SOUSA ASSESSORIA E TREINAMENTOS EM GESTAO PÚBLICA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ n.° 49.727.187/0001-19, com sede n Av. Nossa Senhora de Fátima, n° 1880, sala 413. partição 01, Bairro Fátima, Teresina Fone/Fax (0xx86) 99949-5015, endereço eletrônico: contadorafpsousa@gmail.com, representado pela ***Sra. Fernanda Pereira de Sousa Oliveira,*** portadora do CPF de nº 055.887.043-04.

O CONTRATANTE e a CONTRATADA, acima especificados, têm entre si ajustado o presente, regulado pelos preceitos de direito público, especialmente pela Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contrato prestação de serviços profissionais de assessoria e consultoria em Gestão Pública e Controle Interno, com ênfase nas áreas de planejamento estratégico e apoio aos recursos humanos, visando atender à demanda do Poder Legislativo, e Assessoria Técnica específica em demandas de média e alta complexidade inerentes ao Controle Interno, além de aprimorar as ações estratégicas e administrativas da CAMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO PIAUI - PI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

A prestação dos serviços, ora contratado, foi objeto de licitação, de acordo com o disposto no Capítulo VIII, Art. 74, inc. III alínea *"c"* da Lei n.º 14.133/21, sob a modalidade Inexigibilidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

O CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente Contrato de Inexigibilidade nº 002/2025, bem como à proposta firmada pela CONTRATADA. Esses documentos constam do Processo Licitatório nº 006/2026 e são partes integrantes e complementares deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a:

I – emitir a ordem de serviços do objeto de contrato, assinada pela autoridade competente;

II – efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste Contrato;

III – fiscalizar o fiel cumprimento deste contrato através do Setor Administrativo Financeiro;

IV – custear todas as despesas necessárias para execução dos serviços objeto deste contrato;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O CONTRATADO obriga-se a:

I – Auxiliar na elaboração de relatórios e recomendações a serem expedidas pelo Controle Interno de acordo com as normas legais vigentes;

II – Elaboração e/ou revisão de normas internas operacionais (administrativo, financeiro, licitações e contratos);

III – Auxílio na elaboração de esclarecimentos que porventura venham a ser apontados pelo Tribunal de Contas do Estado ou outros órgãos de Controle Externo;

IV – Visita técnica em todos os departamentos da Câmara Municipal de Lagoa do Piauí - PI em acompanhamento ao Controlador(a) Interno, para avaliação dos controles implementados, com cronograma a ser definido e apresentado ao Presidente. prestar os serviços objeto do contrato, de acordo com a ordem de serviço, de acordo com a conveniência do Município;

V – Realização de Auditorias Técnicas e Pareceres Conclusivos sobre a legalidade das despesas, em conjunto ou separadamente a Unidade Central de Controle interno;

VI – Auxílio na elaboração de projetos de resoluções, portarias e outros documentos legais sobre a matéria de Controle Interno em conjunto com a Assessoria Jurídica Legislativa;

VII – Assessoramento nas atividades de elaboração de relatórios de competência do Controle Interno, atentando-se à legislação em vigência em matéria de Direito Administrativo, Administração Financeira, Transparência Pública, entre outros, conforme demandado pelo Controlador(a) Interno;

VIII – Assessoria na elaboração de projetos, ações administrativas e legislativas de interesse da Câmara Municipal:

IX– Elaboração ou Revisão das minutas de atos administrativos, despachos e demais documentos oficiais, em apoio aos Recursos Humanos presentes na Câmara Municipal;

X – Orientações técnicas aos responsáveis por cada setor/departamento, quanto à planejamento, rotinas e tomadas de decisões;

XI – Orientações técnicas sobre rotina de almoxarifado;

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

No ato do recebimento, será emitido recibo dos serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

Este contrato vigorará por 12 meses, contado a partir da data de sua assinatura, podendo, ainda, ser prorrogado ou aditivado, nos termos da Lei nº 14.133/21, por interesse público, ou até conclusão de novo procedimento licitatório.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Informamos que as despesas são provenientes dos recursos do Orçamento da Câmara Municipal exercício de 2025, no elemento de despesa 33.90.39 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal estimado de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com valor Global: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), o respectivo pagamento deverá ser efetuado até o dia 30 de cada mês, via transferência eletrônica.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO EQUÍLIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A recomposição dos valores dos serviços reger-se-ão de forma a manter o equilíbrio econômico financeiro da CONTRATADA, ou seja, mantendo-se o mesmo percentual de lucro do preço do serviço ofertado em sua proposta na época da licitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – o equilíbrio econômico-financeiro será solicitado expressamente pela CONTRATADA quando da entrega da fatura de serviços, devendo apresentar planilha de custo detalhada da época da licitação e atual, com os documentos comprobatórios dos custos, que será analisado pelo Setor Financeiro do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO – não serão considerados pedidos de recomposição de preços relativamente a faturas anteriormente entregues, mesmo que essas ainda não tenham sido quitadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – o preço cobrado não poderá, em hipótese alguma, ser superior ao praticado pela CONTRATADA ao público em geral, devendo ser repassados ao CONTRATANTE os descontos promocionais praticados pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO – sem prejuízo da recomposição dos valores, no caso de prorrogação do contrato, o mesmo será corrigido monetariamente pelo percentual acumulado dos últimos doze meses, tendo por base o IGP-M.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente, em moeda nacional e por meio de transferência eletrônica para a conta indicada na cláusula nona.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Tendo em vista o prazo concedido para pagamento, não haverá, dentro deste prazo, isto é, da apresentação da cobrança à data do efetivo pagamento sem atrasos, nenhuma forma de atualização do valor devido.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO enquanto for pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

A execução do presente Contrato será fiscalizada pelo Fiscal do Contrato nomeado pela CONTRATANTE.
PARÁGRAFO ÚNICO – O servidor referido anotará, em registro, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, garantida a prévia defesa e segundo a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de aplicação de multas, o CONTRATANTE observará o percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor estimado do contrato por descumprimento de qualquer cláusula contratual ou da Inexigibilidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As multas poderão deixar de ser aplicadas em casos fortuitos ou motivos de força maior, devidamente justificados pelo CONTRATADO e aceitos pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As multas aplicadas serão descontadas de pagamentos porventura devidos ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DOS CASOS DE EXTINÇÃO

O presente contrato será extinto excepcionalmente, por quaisquer dos motivos dispostos no art. 137 da Lei n.º 14.133/21, sob qualquer uma das formas descritas no artigo 138 da mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DOS RECURSOS

Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação da Lei n.º 14.133/21, cabem os recursos dispostos no seu art. 165 inciso I, abaixo discriminados:

- Recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data da intimação ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

Os recursos deverão ser protocolizados junto ao Setor de Protocolo desta Câmara Municipal, localizado no endereço anteriormente indicado, em petição datilografada ou digitada, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, por intermédio do Agente de Contratação e a Equipe de apoio.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial das Prefeituras, no prazo previsto no art. 94 inciso II da Lei n.º 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 14.133/21, suas alterações e demais preceitos de direito público, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Demerval Lobão, Estado do Piauí, da Justiça Comum, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente contrato lavrado em três vias, assinam as partes abaixo.

Lagoa do Piauí (PI), 19 de janeiro de 2026.

CONTRATANTE: Luiz Gustavo dos Santos Lima e Silva
Luiz Gustavo dos Santos Lima e Silva
PRESIDENTE DA CÂMARA DE LAGOA DO PIAUI

CONTRATADO: Fernanda Pereira de Sousa
SOUSA ASSESSORIA E TREINAMENTOS EM GESTAO PÚBLICA
CNPJ n.º 49.727.187/0001-19

TESTEMUNHAS:

Marilia Luiza Lima de Carvalho
CPF: 088.962.903-54

Lucilina de Sousa Alencar
CPF: 083.090.403-42